



Prefeitura de Chorozinho-CE
Agente de Trânsito

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal.....	1
Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	9
Estrutura textual: progressão temática.....	27
Parágrafo.....	27
Frase, oração, período, enunciado.....	28
Pontuação	33
Coesão e coerência.....	37
Variedade linguística	39
Formalidade e informalidade, formas de tratamento. Propriedade lexical, adequação comunicativa.....	40
Norma culta: ortografia	46
Acentuação.....	50
Cargo do sinal indicativo de crase.....	52
Pontuação	53
Formação de palavras, prefixo, sufixo.....	54
Classes de palavras	55
Regência	66
Concordância nominal e verbal	69
Flexão verbal e nominal	71
Sintaxe de colocação	75
Produção textual.....	77
Semântica: sentido e cargo dos vocábulos; campos semânticos	79
Cargo de tempos e modos dos verbos em português.....	80
Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica.....	81
Morfologia: reconhecimento, cargo e sentido das classes gramaticais	83
Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação	83
Transitividade e regência de nomes e verbos.....	83

SUMÁRIO



Padrões gerais de colocação pronominal no português	83
Estilística: figuras de linguagem	83
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	88
Norma culta	93
Questões	93
Gabarito	112

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios.....	1
A administração pública: princípios da administração pública	6
Poderes administrativos	12
Atos administrativos	23
Licitações e contratos administrativos.....	45
Serviços públicos.....	165
Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional; cargo, cargo e função pública	183
Órgãos públicos.....	188
Improbidade administrativa	191
Processo administrativo	218
Constituição da república federativa do brasil: dos princípios fundamentais – arts. 1º ao 4º	235
Dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º	237
Dos direitos sociais – arts. 6º ao 11º	245
Da nacionalidade – arts. 12º e 13º	248
Dos direitos políticos arts. 14º ao 16º.....	250
Da organização político-administrativa – arts. 18º e 19º; da organização do estado (art. 18 A 31), dos municípios – arts. 29º ao 31º	253
Da administração pública – arts. 37º ao 41º	266
Da segurança pública (art. 144)	276
Questões	277
Gabarito.....	283

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de sistema operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	1
Arquitetura de computadores	5
Sistemas operacionais modernos (ubuntu linux e windows 11).....	10
Procedimentos de backup e recuperação contra desastres	26
Aplicativos para escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (microsoft office e google workspace).....	27
Rede de computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de internet e intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, aplicativos de navegação (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome).....	83
Grupos de discussão.....	91
Redes sociais	94
Correio eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (e-mail do windows, mozilla thunderbird e similares).....	97
Soluções de comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (whatsapp, telegram, skype, discord, etc.).....	105
Computação em nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (iaas, paas, saas), modelos de implementação, serviços e provedoras (google, amazon, microsoft, etc.).....	106
Segurança da informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), Aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).....	110
Questões	117
Gabarito.....	125

MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros e racionais. Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão.....	1
Noções de lógica.....	14
Resolução de problemas.....	21
Regra de três simples.....	26
Porcentagem	27
Geometria básica	29
Sistema monetário brasileiro	37
Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo ..	40
Fundamentos de estatística	45
Raciocínio lógico	48
Questões	51
Gabarito.....	60

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO

História de Chozorinho. Aspectos geográficos e municípios circunvizinhos. Emancipação e fundação da cidade. Promulgação da lei orgânica da cidade. Administração municipal. Datas significativas e comemorativas do município. Fatores econômicos da cidade. Demais aspectos gerais a respeito do município de Chozorinho.....	1
Questões	4
Gabarito.....	9

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio (art. 121 Ao 183 do código penal)..	1
Crimes contra a administração pública (art. 312 Ao 337- a do código penal)	64
Questões	75
Gabarito.....	82

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei nº 9.503, De 23 de setembro de 1997 – código de trânsito brasileiro e suas alterações.....	1
As resoluções do CONTRAN e suas alterações, relacionadas a seguir: resolução nº 24, de 21/05/1998.....	93
Resolução nº 26, de 21/05/1998	94
Resolução nº 36, de 21/05/1998	95
Resolução nº 110, de 24/02/2000	95
Resolução nº 432, de 23/01/2013	96
Resolução nº 508, de 27/11/2014	102
Resolução nº 623, de 06/09/2016	104
Resolução nº 789, de 18/06/20	117
Resolução nº 798, de 02/09/2020	144
Resolução nº 810 (exceto art. 14), De 15/12/20	158
Resolução nº 948 de 28/03/2022	177
Resolução nº 738, de 06/09/2018	178
Resolução nº 573, de 16/12/2015	183
Resolução nº 819 de 17/03/2021	185
Resolução nº 882, de 13/12/2021	188
Resolução nº 906, de 28/03/2022	205
Resolução nº 911, de 28/03/2022	207



Resolução nº 912, de 28/03/2022	213
Resolução nº 918, de 28/03/2022	214
Resolução nº 926, de 28/03/2022	224
Resolução nº 940 de 28/03/2022	227
Resolução nº 951, de 29/03/2022	233
Resolução nº 965 de 17/05/2022	236
Resolução nº 969, de 20/06/2022	240
Resolução nº 973, de 18/07/2022; resolução nº 973 de 18/07/2022 :(mbst volume i - sinalização vertical de regulamentação (anexo i) e mbst volume iv - sinalização horizontal (anexo iv) - mbst volume v - sinalização semafórica (anexo v) - mbst volume viii - sinalização cicloviária (anexo viii)	267
Questões	271
Gabarito.....	278

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





— Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas romana*. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

— **Povo:** Elemento legítima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

— **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas



SISTEMAS OPERACIONAIS

Um sistema operacional (SO) é um software fundamental que gerencia o hardware e software de um computador, permitindo que os diferentes programas funcionem corretamente. Ele serve como uma interface entre os usuários e o hardware do computador, garantindo que os recursos do sistema, como processador, memória, dispositivos de armazenamento e periféricos, sejam utilizados de maneira eficiente e segura.

Principais Funções

- Gerenciamento de Processos: O SO gerencia a execução dos processos, incluindo a alocação de recursos do sistema e a coordenação entre processos concorrentes. Ele assegura que cada processo receba tempo suficiente de CPU para executar suas tarefas.
- Gerenciamento de Memória: O SO controla o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa em execução tenha o espaço necessário e que não haja conflitos ou falhas de acesso.
- Gerenciamento de Dispositivos: O SO controla os dispositivos de entrada e saída, como discos rígidos, impressoras, teclados e mouses, facilitando a comunicação entre esses dispositivos e os programas de aplicação.
- Gerenciamento de Arquivos: O SO organiza e gerencia os dados em discos rígidos e outros dispositivos de armazenamento, permitindo que os usuários criem, leiam, atualizem e apaguem arquivos de maneira eficiente.
- Segurança e Proteção: O SO protege os dados e os recursos do sistema contra acessos não autorizados e ameaças, implementando mecanismos de autenticação e controle de acesso.

Exemplos de Sistemas Operacionais

- Windows: Desenvolvido pela Microsoft, é amplamente utilizado em computadores pessoais e empresariais.
- macOS: Desenvolvido pela Apple, utilizado exclusivamente em computadores Mac.
- Linux: Um sistema operacional de código aberto, usado em servidores, computadores pessoais e dispositivos embarcados.
- Android: Um sistema operacional móvel baseado em Linux, amplamente utilizado em smartphones e tablets.
- iOS: Desenvolvido pela Apple para dispositivos móveis, como iPhones e iPads.

ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

Pasta

São estruturas que dividem o disco em várias partes de tamanhos variados as quais podem armazenar arquivos e outras pastas (subpastas)¹.



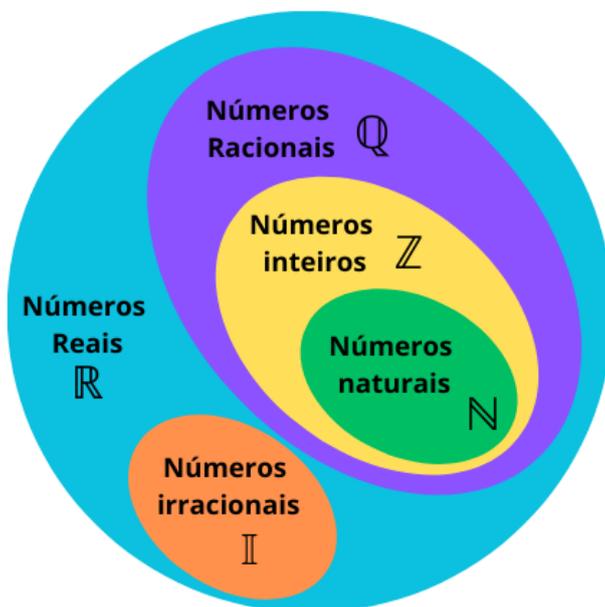
¹ <https://docente.ifrn.edu.br/eliexiosoaes/disciplinas/informatica/aula-05-manipulacao-de-arquivos-e-pastas>



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



— CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

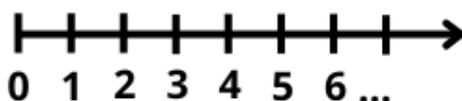
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.





Conhecimentos sobre o município

Chorozinho é um município brasileiro do estado do Ceará. Localiza-se na Mesorregião do Norte Cearense, Microrregião de Chorozinho.

História

A região às margens do Rio Choró era habitada por índios de etnias diversas, como os Jenipapo, Kanindé, Choró e Quesito. No Século XVII foi instalada a Missão dos Paiacu. O núcleo urbano surgiu junto com o projeto de combate a seca entre 1932 e 1934. Chorozinho nasceu com a construção da ponte sobre o Rio Choró, quando o Governo Federal decidiu pela realização da obra, no lugar denominado Currais Novos, em razão da construção da Rodovia BR 116, que ligaria Fortaleza ao Sul do País.

Com a construção, o DNOCS instalou o acampamento dos engenheiros e operários em uma casa, que foi denominada de Residência. O trabalho da construção da ponte foi bastante demorado em razão das dificuldades encontradas na época para transportar o material. Desse modo, o DNOCS contratou muitas pessoas da região para trabalharem na construção da ponte. Esses trabalhadores deixaram suas casas para morar nas proximidades de seu trabalho.

Do acampamento dos engenheiros do DNOCS e dos operários empregados desta construção surge o povoamento, que cresceu ao redor desta base de apoio e da capela de Santa Terezinha, que mais tarde seria elevado à condição de município. A Igreja de Santa Teresinha do Menino Jesus foi fundada em 1935, pelo Padre Antônio Bezerra, quando Chorozinho era apenas um povoado. Em 1980, um terremoto atingiu a cidade, e abalou as estruturas do templo. No ano seguinte foi aprovado o projeto de construção de uma nova igreja. A nova igreja, em forma de pirâmide, arquitetura arrojada e moderna, começou a ser construída em 1983. Um ano depois, foi celebrada a 1a. missa no local, no dia 2 de dezembro de 1984.

Pelo decreto estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938, o distrito de Currais Velhos passou a denominar-se Chorozinho. Elevado à categoria de município com a denominação de Chorozinho, pela lei estadual nº 6436, de 17 de julho de 1963, desmembrado de Pacajus. A Lei Estadual nº 8339, de 14 de dezembro de 1965, extinguiu o município, sendo seu território anexado ao município de Pacajus, como simples distrito.

Emancipação e Fundação da Cidade

A história de Chorozinho remonta à presença de comunidades indígenas, que habitaram a região antes da colonização. Tribos como os Jenipapo, Kanindé e Choró influenciaram o nome e a identidade cultural da cidade.

A construção da ponte sobre o Rio Choró, nos anos 1930, foi um marco na fundação do povoado. Essa obra atraiu trabalhadores que deram início à urbanização. O nome “Chorozinho” surgiu em alusão ao Rio Choró, um dos principais rios da região, e ao pequeno núcleo urbano que começava a se formar.

•**Emancipação política:** Chorozinho tornou-se município em 17 de julho de 1963, mas sua autonomia foi revogada em 1965, retornando à condição de distrito de Pacajus. Somente em 1987 a cidade conquistou definitivamente sua emancipação.

Lei Orgânica e Administração Municipal

A Lei Orgânica Municipal é a “Constituição” da cidade, responsável por definir sua estrutura administrativa, política e os direitos e deveres dos cidadãos. A primeira Lei Orgânica de Chorozinho foi promulgada em 1990, logo após a Constituição Federal de 1988, que deu autonomia política a municípios em todo o Brasil.

•**Atualizações:** Em 1997, a lei passou por revisões para adaptar-se a novas demandas e ao contexto socioeconômico local.

**— Crimes contra a Pessoa****CAPÍTULO I****Homicídio - Art. 121**

Sujeito ativo: Qualquer pessoa.

Sujeito passivo: Qualquer pessoa, com qualquer condição de vida, saúde, posição social, raça, sexo, estado civil, idade, convicção filosófica, política ou religiosa ou orientação sexual.

Objeto jurídico: A vida humana.

Objeto material: A pessoa que sofreu a agressão.

Elementos objetivos do tipo: Matar (eliminar a vida) e alguém (pessoa humana).

A pena, na forma simples, prevista no caput, é de 6 a 20 anos de reclusão.

Elemento subjetivo do crime: É o dolo ou a culpa, conforme o caso.

Elemento subjetivo do tipo específico: Não há.

Classificação: Comum; material; de forma livre; comissivo (como regra); instantâneo; de dano; unissubjetivo; plurissubsistente.

Tentativa: Admissível.

Espécies: Doloso simples (caput), com pena de reclusão, de 6 a 20 anos; doloso com causa de diminuição de pena (§ 1.º), doloso qualificado (§ 2.º), com pena de reclusão, 12 a 30 anos, doloso com causa de aumento de pena (§ 4.º, parte final, § 6.º), culposo simples, com pena de detenção, de 1 a 3 anos (§ 3.º), culposo com causa de aumento de pena (§ 4.º, primeira parte).

Atenção: o crime admite perdão judicial na forma culposa (§ 5.º). Se as consequências do crime atingirem o agente de forma tão contundente, a ponto de ser desnecessária a aplicação de pena, aplica-se o perdão, julgando-se extinta a punibilidade. Essas consequências podem ser físicas (ex.: deixar o agente deficiente físico ou mental) ou emocionais (ex.: dar causa à morte do próprio filho).

Consumação: Ocorre com a morte encefálica, que acarretará, inexoravelmente, a cessação das funções circulatória e respiratória.

Meios de execução: Por ser crime de forma livre, comporta mecanismos diretos (fortes o suficiente para, por si sós, provocarem a morte, como, por exemplo, desferir tiros de arma de fogo contra o ofendido), indiretos (dependentes de outro instrumento, como instigar um louco a matar a vítima), materiais (atingem a integridade física de forma mecânica, química ou patológica), morais (atuam através da produção de um trauma no ofendido, como a geração de um enfarte, decorrente de uma grave ofensa).

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação - Art. 122

Sujeito ativo: Qualquer pessoa.

Sujeito passivo: Qualquer pessoa com um mínimo de discernimento e resistência. Do contrário, não podendo resistir ao induzimento ou instigação, cuida-se de homicídio, o que é reconhecido pelo § 7.º do art. 122.

Objeto jurídico: A vida humana. É preciso lembrar que os jogos de automutilação têm por finalização o suicídio, razão pela qual a figura foi incluída neste artigo (crime contra a vida), e não simplesmente em um formato de lesão corporal.

Objeto material: A pessoa contra a qual se volta o agente.

**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

§2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

§3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

§4º (VETADO)

§5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Art. 3º As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

Art. 4º Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos deste Código são os constantes do Anexo I.